

Brasil — uma castanha muito difícil de quebrar

* 7 JUN 1991

Solita Collas-Monsod*

Se alguém se interessar em saber como a "intransigência" e "atitude de confronto" do Brasil foi tratada pelos bancos comerciais internacionais, trate de ler a Revista de Finanças Internacionais de 13 de abril de 1991. Vocês se lembrarão de que o Brasil suspendeu os pagamentos de juros da dívida junto a bancos comerciais em meados de 1989. As autoridades brasileiras, é claro, nunca reconheceram a situação como "inadimplência". A razão alegada foi uma pane no sistema de computação, que tornara difícil avaliar quanto era devido a quem. Daí, o atraso. Imaginativo; não?

Os créditos comerciais negociados em 1988 foram suspensos em decorrência desse atraso? Não. A data de término desses créditos era abril de 1991, e todos honraram o cronograma. Perguntei ao encarregado de negócios do Brasil, sr. Pereira Pinto, se as linhas comerciais haviam sido mantidas ao final de abril. Após consultar suas fontes, a resposta foi... sim.

De forma geral, os bancos recusam-se a negociar com um país devedor a menos que ele tenha um programa econômico aprovado pelo FMI. E nunca o fazem enquanto o país estiver acumulando atrasados. Mas, no caso do Brasil, nunca diga "nunca". Porque, em fins de 1990, o Brasil entrou em negociações com seu Comitê Assessor de Bancos (presidido por William Rhodes, do Citibank) — apenas sobre o que fazer com os atrasados. Os acordos de médio e longo prazos virão mais tarde. O negociador-chefe do Brasil é o embaixador Jório Dauster, que se reporta ao ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

No mês passado, Rhodes e Dauster anunciaram que um acordo preliminar havia sido alcançado. O Brasil foi punido? Julgue você próprio. De um total de aproximadamente US\$ 8 bilhões em juros atrasados, o Brasil pagará US\$ 2 bilhões neste ano — US\$ 900 milhões a vista, 10 dias após a finalização do acordo, e US\$ 1,1 bilhão em prestações iguais, até dezembro. Os outros US\$ 6 bilhões? O Brasil emitirá bônus de 10 anos, com duas opções, a critério dos bancos. Uma opção oferece taxas de juro fixas para os três primeiros anos (7 3/4% no ano 1, 8 3/8% no ano 2 e 8 3/4% no ano 3), e Libor de 6 meses mais 13/16% daí em diante. A outra opção contempla taxas de juro flutuantes de Libor mais 13/16%, mas com um piso de 6% para os cinco primeiros anos e um teto crescente, que atinge 8,2% no quinto ano.

Na realidade, quando da conclusão desse acordo, o Brasil não estará mais inadimplente, porque os bancos lhe terão emprestado três quartos do que precisava, em condições muito favoráveis. O quarto restante representa pagamento em dinheiro, mas também em suaves prestações mensais. Se as Filipinas tivessem agido como o Brasil em meados de 1989, poderíamos ter deixado de remeter US\$ 2 bilhões (pagamentos de juros) por dois anos. Deveríamos, então, pagar US\$ 500 milhões (US\$ 250 milhões de imediato e US\$ 30 milhões por mês, até dezembro), e os bancos nos teriam emprestado o restante US\$ 1,5 bilhão, a taxas de juro efetivamente inferiores à Libor. Se...

É um grande "se", porque, decididamente, não fizemos como o Brasil em nossa administração da dívida. E, por isso, remetemos os US\$ 2 bilhões e obtivemos um empréstimo de US\$ 600 milhões. E nossos administradores econômicos se congratularam por ter feito um "bom negócio". Será que Zélia Cardoso de Mello se gabou sobre as "conquistas" do Brasil? Pelo contrário. Com o rosto impassível reclamou que o Brasil não conseguiu o suficiente. Aparentemente, ela desejava que todos os US\$ 8 bilhões fossem emprestados ao Brasil, em vez de "apenas" US\$ 6 bilhões. Que fleuma!

Mas não pára por aí. Ela também encarou o Japão e os Estados Unidos durante os encontros do BID (versão latino-americana do Banco de Desenvolvimento da Ásia): declarou publicamente estar o Japão em sua "lista de inimigos", o que supostamente enfureceu o Japão, atacado em seus brios, e recriminou os Estados Unidos por terem vetado um empréstimo de US\$ 50 milhões ao Brasil.

A reação atribuída ao subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, contrasta por completo com a de Richard Armitage. Mulford disse que o voto norte-americano contra os US\$ 50 milhões foi devido a uma lei norte-americana, mas que os Estados Unidos haviam solicitado que esse empréstimo fosse separado de um pacote de empréstimos de US\$ 300 milhões a fim de demonstrar seu apoio aos esforços do Brasil para reestruturar sua economia. Em resumo, ele foi bastante conciliador.

O Brasil é famoso por suas castanhas. Zélia é uma castanha particularmente difícil de quebrar. Há uma lição a ser aprendida de tudo isso. Não é à toa que o relatório Krugman recomendou uma posição mais agressiva nas negociações da dívida.

* Professora. Ex-diretora do National Economic and Development Authority das Filipinas. Reproduzido do The Philippine Star.